

CRISE DE VALORES OU VALORES EM CRISE?¹

Ana Paula Chagas Monteiro

Estou certa de que há bem pouco tempo você deve ter ouvido falar sobre algum caso escabroso de violência física ou de uma catástrofe natural que assolou um pequeno vilarejo no outro lado do mundo. Também estou certa de que você ainda se surpreende com as notícias na televisão que, no jornal do meio-dia, apresentam imagens chocantes sobre assaltos praticados por jovens menores de 12 anos, ou mesmo uma reação emocional tão abrupta de um pai que motivado por algo ínfimo acaba levando a óbito sua própria filha. Então você pensa que algo muito estranho está ocorrendo nessa sociedade, e que as pessoas não estão sendo racionais e morais como antigamente, que geralmente é avaliado como um período de mais amor e solidariedade, inclusive tido como o melhor dos tempos. Todavia, o passado não retorna e não tenho firmeza em crer que já ‘naquele tempo’ também ocorriam situações de violência semelhantes às descritas.

Considerando a contemporaneidade destas discussões, todos os autores colaboradores do livro *Crise de valores ou valores em crise?* - se dedicam a pesquisar e refletir a Psicologia Moral, a qual busca compreender os processos psicológicos envolvidos no exercício de percepção e execução de regras, princípios e valores morais. Com este propósito, refletem a atualidade do tema na sociedade em voga, bem como apontam três aspectos complicadores nesta proposta: 1) a dificuldade de estudar um tema no qual se está imerso, a despeito da objetividade; 2) as rápidas mudanças vividas em tempos contemporâneo/tecnológico/globais; e, 3) a distância entre juízo e ação (moralidade).

Na Introdução, os organizadores Yves de La Taille e Maria Suzana de Stefano Menin explicitam que “Crise de valores” abrange os valores morais como em iminência de extinção, por supostamente estarem adoecidos. Em contrapartida “Valores em crise” retrata uma permanente mudança de paradigma na qual os valores morais não desaparecem, mas alteram-se em sua interpretação à medida do tempo e evoluções culturais. Feito o esclarecimento, os apresentam como mote central dos trabalhos a discussão contemporânea dos valores ético-morais, incluso quanto à divisão de percepção dentre estas categorias. A complexidade do tema é apresentada no livro em oito investigações que propõe responder ao questionamento central, cinco destas abordando os jovens e três aos professores.

O livro aborda reflexões pertinentes ao expor o atual cenário da sociedade com destaque ao processo capitalista como possível produtor de posturas individualista e hedonista, assim como evidencia as mudanças que as pessoas têm vivido continuamente em seus valores morais aqui representados pelos aspectos investigados: indignação, civismo, cotas raciais, virtudes, solidariedade, justiça e educação.

O capítulo 1, de Luciene Regina Paulino Tognetta e Telma Pileggi Vinha, “*Valores em crise: o que nos causa indignação?*” discute a noção de moralidade apontando-a como complexa em suas concepção clássica (baseada na razão e agir corretamente) e da “afeição natural” (predisposição interna para amar e fazer o bem). Desta forma, identificam-se com alguns autores (Aristóteles, 1996; Ricoeur, 1993; Taille, 2006), na afirmativa que para ser bom é preciso contemplar a norma, contudo sem desconsiderar os próprios sentimentos que se inclinam para o bem.

Toda pessoa, nas relações consigo e com os outros, busca investir sua energia em determinadas ações/pessoas ou ideias, caracterizando um valor (Piaget, 1994). Nesta perspectiva, o conceito de indignação foi considerado como um sentimento de valor

¹ TAILLE, Yves de La; MENI, Maria Suzana de Stefano (orgs). (2009). *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed.

RESENHA

moral, que desencadeia juízo a quem experimenta uma injustiça. As autoras investigaram qualitativamente se existia e quais eram os atos feitos por outrem que deixavam o adolescente com raiva ou indignado.

A apreensão do conceito de indignação proporcionou a análise e levantamento de dados apontando três categorias de características: A) de certo individualismo; B) de um caráter moral restrito e estereotipado; e C) de um caráter moral e ético; bem como a identificação do papel da escola e educadores como possíveis influenciadores e promotores de discussão sobre valores ético-morais nos informantes. Diante da pergunta se há 'crise de valores', as autoras respondem negativamente, pois entendem que os valores não estão ausentes; o que há são 'valores em crise' por identificá-los em processo de transformação, por estarem sendo substituídos por valores estranhos ou contrários à moralidade.

No capítulo 2, "As *virtudes* segundo os jovens", o autor Yves de La Taille aborda as nuances do conceito de virtudes, comparando a história da educação moral - quando havia uma valorização das virtudes com qualidades essenciais e boas de adulto virtuoso (honra, perseverança, força, bondade, etc.) - versus a forma socialmente vista das virtudes e vícios na concepção atual, com destaque aos corrupções como força motriz das atitudes humanas a exemplo do alcoolismo, violência sexual, desrespeito, *bullying*, entre outros (Jeury; Baltassat; 2000).

O capítulo leva-nos a refletir sobre o quanto os adolescentes estão atentos à realidade que os cerca, pois o autor contempla a percepção destes sobre quais as virtudes mais importantes e se seriam os homens ou as mulheres os mais dotados de certas virtudes; também investigou as pessoas públicas mais admiradas e os traços de caráter inatos ou aprendidos. Elaborou um *Ranking* das Virtudes citando as dez virtudes mais apontadas em respostas a um questionário (escrito e individual) aplicado a 448 alunos e alunas do ensino médio (de

escolas públicas ou privadas), nas idades entre 15 e 18 anos. As respostas, evidenciaram as últimas colocadas: polidez, prudência e tolerância.

O autor tenta responder a indagação se há 'crise de valores' ou 'valores em crise', pontuando haver uma lacuna moral quando os adolescentes informantes identificam que a justiça é uma virtude citada pela sua ausência na sociedade, ainda que considerada uma das mais necessárias (Adam Smith, 1999). A ideia de que há uma 'crise de valores' se deve à falta de referências morais aos jovens.

As alterações que estão ocorrendo nos valores sociais são obras de processos históricos que acompanham a globalização, os avanços tecnológicos e o desenvolvimento por estes proporcionado em todos os setores, em especial na economia mundial. As transformações influenciam diretamente a construção dos valores éticos a serem ensinados, que segundo Piaget (1954), são vividos com base na interação social dos indivíduos na troca afetiva com os objetos e pessoas.

Denise D'Aurea-Tardeli pontua no Capítulo 3 "Adolescência, personalidade e projeto de vida solidário", que se está vivendo uma 'crise de valores' nas relações pelas alterações estruturais em que vínculos comunitários são substituídos para o mundo impessoal do mercado. Em consequência, pode se dizer que todo esse processo gera novos valores, distintos e contrapostos em relação aos existentes.

A articulista entende que a identidade entraria em crise pela falta de sentido dada a ausência de perspectivas objetivas para o futuro e pelo foco exacerbado no critério econômico como regulamentador das relações sociais humanas (Tedesco, 1996). Nesta linha de reflexão, propõe analisar o projeto de vida dos adolescentes pesquisando, 770 jovens de 16 a 18 anos, de escolas particular e pública de ensino médio de São Paulo a partir de um prontuário composto e depoimentos projetistas para uma década a fim de averiguar a

manifestação de solidariedade (sinônima à construção de um projeto de vida ético).

Conclui que há a necessidade que a escola atue na formação ética e de personalidade dos adolescentes, incentivando-os a manterem projetos solidários que tenham como principal perspectiva o trato com respeito, responsável e solidário nas suas relações interpessoais, o que significa valorizar e compreender a opinião e escolhas de outrem, aceitando, sintonizando e dialogando com os demais. O processo educativo deve priorizar a formação de valores através do desenvolvimento da capacidade de escutar e da solidariedade os membros dos grupos; através do comprometimento com o bem comum de todos e de cada um, todos sendo responsáveis por todos. São necessárias reformas estruturais que alterem a cultura do ter para uma cultura do ser a fim de que efetivamente seja elevado o nível moral da sociedade.

O Capítulo 4, nomeado *“O civismo em discussão: juventude e contemporaneidade de valores”* produzido por Júlio Rique Neto discute sobre os valores como processo de mudança ou de crise buscando abordá-los pelo ponto de vista dos valores cívicos (ou civismo), utilizando a definição de Howard (2008): são valores fundamentais para o bem comum, pois correspondem a uma ou várias virtudes necessárias e primárias. Fazendo um levantamento sobre os conceitos usados em artigos publicados em diversos bancos de dados, o autor tenta responder se civismo estaria em extinção ou sofrendo transição na sua definição e forma.

Na história do Brasil, o Decreto-Lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969 instituiu a disciplina Educação Moral e Cívica nas escolas, revogada após promulgação da Lei nº. 8.663, de 14 de Junho de 1993. Em 1996 houve o reconhecimento da importância do tema com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.294/96 e a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, apresentando temas obrigatórios em currículos como ética, moral e o civismo .

Atualmente o debate político internacional a respeito da educação destaca duas vertentes distintas em ideologias, princípios e práticas pedagógicas: A conservadora, que vê como responsabilidade da escola facilitar o conhecimento e internalização de virtudes básicas, defendendo-se a cidadania como uma virtude cívica única e a doutrinação dos alunos por imposição de obrigações. Nesta visão, a crise de valores está em falta na educação e na sociedade. A outra vertente defende a importância das relações interpessoais quando os valores cívicos são construídos nas experiências dos indivíduos. Seus seguidores entendem que os valores estão em crise pela transformação do valor e do significado de civismo, ao se observar que falta conhecimento das instituições mediadoras da relação público-privado em proporem estratégias mais eficazes na promoção de cidadãos mais participantes e reflexivos perante as questões sociais e políticas.

Para identificar como os jovens definem e expressam o civismo e a cidadania contemporaneamente, foi feito um estudo com 77 participantes de ambos os sexos, entre alunos do ensino médio (16 e 22 anos) e de graduação e pós-graduação (20 e 45 anos), em João Pessoa. Os jovens não souberam conceituar e distinguir, com clareza, cidadania e valores cívicos, o que revela o processo de transição na qual se encontram os valores (perspectiva dos valores em crise) .

Também foi realizada outra pesquisa pelo autor e colaboradores (2007) em João Pessoa, com 200 jovens, entre 16 e 25 anos, de escolas públicas e privadas, que visava replicar os dados da escala de cidadania, identificar as mais importantes lutas cívicas para os jovens e onde participam mais ativamente em sociedade. Os autores identificaram que estão conscientes da necessidade de contribuir com o país, por meio dos valores cívicos e da cidadania e que está havendo um processo de transformação no significado de valores, que é esperado. Nestas lutas e construções os jovens exercem

RESENHA

importante papel, sendo fundamental haver maior dedicação pedagógica aos mesmos, através de ações educacionais e políticas que auxiliem na melhoria ou alterações nas instituições e da própria cidadania.

A discussão sobre a ocorrência de transformação dos valores e/ou desaparecimento dos mesmos após processo de falência se dá, no Capítulo 5, através do debate sobre políticas públicas com sistema de cotas sob o título “*Valores evocados nos posicionamentos referentes às cotas para alunos negros ou alunos de escolas públicas. Uma pesquisa entre universitários*” de Maria Suzana de Stefano Menin, Alessandra de Morais Shimizu e Divino José Silva. É um debate polêmico no país desde sua apresentação no ano de 2001 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Nacional de Brasília (UNB). É muito válida a investigação realizada considerando as inúmeras políticas que vem sendo feitas como favorecimento a classes específicas, o que pode interferir no processo democrático de resoluções de problemas quando parece haver medidas que podem atuar como meios de exclusão e não de inclusão.

Na forma de análise do discurso de alunos da UNESP de Presidente Prudente, de São Paulo, pesquisaram a opinião de 403 alunos de diferentes semestres e cursos de graduação e de ambos os sexos, sobre quais os valores que os universitários têm a respeito das cotas e dos cotistas descrevendo esses alunos negros (ou afrodescendentes, ou provenientes de escolas públicas). A despeito de discursos a favor e contrários ao sistema de cotas, os autores abordam os aspectos apontados em favor de seus argumentos, contudo, sem alimentar opinião definitiva de qual proposta estão de acordo.

Os métodos utilizados foram análise qualitativa de respostas sobre ingressar nas universidades e o programa ALCESTE (*Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte*, Max Reinert 1990, 1993) - que trata das respostas abertas dos participantes dividindo-as em unidades de

contexto e classes. Já havia sido realizada uma pesquisa semelhante em 2006, porém com outras questões a respeito dos critérios de entrada nas universidades. Foram feitas análises e subdivisão das respostas em cinco classes, bem como os autores tentaram responder ao questionamento central do livro concluindo que o mais pertinente na atualidade é a perspectiva de valores sendo postos em cheque, em especial, pela percepção da maioria das respostas de que há um conflito de valores: mérito *versus* justiça compensatória oportunizada pelo Estado.

O Capítulo 6, apresentado e discutido por Cleonice Camino, Márcia Paz e Verônica Luna, com o título “*Valores morais no âmbito escolar: uma revisão dos valores apresentados nos livros didáticos e por professores, de 1970 a 2006*” aborda em contextos sociopolíticos da realidade brasileira (ditadura militar, redemocratização e atualidade) como os valores morais têm sido considerados em livros didáticos e por professores do ensino formal. Utilizando uma análise sócio-histórica e perspectiva cognitiva de Piaget, a pesquisa avalia o percurso do ensino da moral, com avanços ou retrocessos em relação à formação do indivíduo autônomo. O artigo apresenta a análise, através do método de Bardin (1977), de materiais didáticos e respostas dadas por professores a entrevistas realizadas em 2006, do ensino fundamental e médio, de escolas particulares da cidade de João Pessoa. Os livros didáticos de 1970 transmitem valores morais indicativos de uma moral heterônoma; nos livros de 1980 há traços da moral heterônoma bem como de uma moral autônoma; e, no discurso dos professores há prevalência da moral autônoma. Concluíram que a prática educativa nos períodos históricos citados fortaleciam valores predominantemente heterônomo, em contrapartida ao período atual no qual se observa uma formação de moral autônoma. Deve se falar em ‘crise de valores’ com base na ideia postulada por Piaget (1978) sobre o conflito cognitivo, quando há uma perturbação no processo de adaptação como um fator de

desenvolvimento, o que incita as autoras a apoiarem uma educação com diálogo, cooperação e o respeito mútuo a fim de que seja possível proporcionar uma moral mais avançada e adequada, tão almejada nos tempos atuais.

O Capítulo 7 provoca a discussão sobre a importância da escola e professores na educação de valores morais. Considerando os inúmeros exemplos cotidianos a respeito da postura (in)adequada de professores em todos os níveis de ensino, penso que a proposta da pesquisa, no mínimo, convida que estes profissionais repensem suas práticas no seio do processo educativo assim como a sociedade é posta diante de um espelho. Sob o título *“Tecendo os sentidos atribuídos por professores do ensino fundamental ao médio profissionalizante sobre a construção de valores na escola”*, Maria Teresa Ceron Trevisol afirma concordar com a atualidade de se refletir a temática de possível crise nos valores morais, sugerindo que esta seja uma permanente reflexão e, quiçá, ressignificação das diversas posturas assumidas pelos indivíduos de nossa sociedade (Charlot, 2007). No seu olhar, nota um enfraquecimento dos princípios e regras básicas que norteiam o comportamento humano, pensando ser fundamental compreender a dinâmica dessas mudanças, bem como adentrar no espaço da escola como o meio social de interlocução de conhecimentos e valores.

A autora ressalta que a concepção de valores utilizada é de Ferreira (1986) quem define como conjunto de normas/padrões sociais que são construídos e orientam o agir dos indivíduos que os aceitam ou mantém. Desta forma, cada um tem seu próprio sistema de valores, que são incorporados a sua personalidade e que influencia suas atitudes e relações com outros e com a sociedade (Marroco, 1997 em Schmitz et al., 2003). Inclusive, para a autora, os meios e problemas são os principais fatores na construção de uma personalidade moral. Com base na investigação com 120 professores de diferentes níveis de ensino

(fundamental, médio e profissionalizante) e faixas etárias, de escolas públicas e particulares de municípios de Santa Catarina objetivou avaliar sentidos atribuídos acerca do processo de construção dos valores que ocorre na escola (como possível mediadora) e os principais entraves observados neste ambiente. As respostas foram analisadas e agrupadas em três blocos. Houve consenso quanto à origem dos valores a partir das experiências vividas ao longo de todo o processo de desenvolvimento da criança/aluno, o que paulatinamente irá influenciar na construção das atitudes baseadas no que foi absorvido da interação cotidiana.

Na opinião dos professores, os valores fornecem qualidade à educação e por esta razão devem ser priorizados pela escola (Zabalza, 2000). A partir das relações professor-aluno, livros didáticos, avaliações, atividades pedagógicas, a escola possui compromisso com processos que estimulem a autonomia, respeito a si mesmo, aos demais e à natureza; trabalhar pela paz e igualdade pluricultural; formar cidadãos – conforme assegurado no art. 2 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996). Além de que acreditam que a escola precisa suprir as deficiências perpetuadas pela precariedade de relações e valores do meio familiar, quando muitas vezes não é proporcionado ao indivíduo o mínimo de princípios sociais.

Para a autora, está ocorrendo mudanças evidentes nos valores morais, pela falta de qualidade na mídia televisiva efetivamente integrada aos lares e relações familiares, pela ausência de valores a serem perpetuados pela família, pelas alterações culturais e econômicas resultando em ‘valores em crise’ que precisam ser trabalhados. Com base nas respostas dos profissionais, também identificaram falas que ratificam estas afirmações e engendram solicitações de parceria/collaboração entre a escola e a família como proveitosos para ambos os lados, posto que as próprias crianças/adolescentes experimentam regras continuamente provenientes tanto do

RESENHA

convívio familiar como escolar e assim compreenderão seus papéis na sociedade e tornarão cidadãos autônomos e com compromisso ético.

Com a ideia de apontar “*Valores morais do ponto de vista de professores de ensino fundamental e médio*”, o Capítulo 8 é obra de Raul Aragão Martins e Izabella Alvarenga Silva, que também se utilizam dos estudos de Piaget (1977) citando-o como base de toda a compreensão que se tem hoje sobre o desenvolvimento da moral, principalmente sobre o papel dos sentimentos nesta formação. Uma afirmação desta teoria é que a moralidade não é homogênea, uma vez que a sociedade não é una, sendo representadas duas moralidades práticas dentro do mesmo meio social: moral da coação ou do respeito unilateral. Neste processo, o conhecimento social é fruto da relação entre indivíduo e sociedade.

Os autores destacam que o estudo da moralidade continuou com Kohlberg (1969), nos Estados Unidos, porém com enfoque maior no modo de raciocínio moral de jovens e adultos. Todavia, pouco se sabe sobre como os professores, tão próximos e atuantes na relação de formação com crianças e adolescentes, entendem esse processo sobre valores e julgamento moral. Portanto, os autores propõe uma pesquisa que, de certa forma, ratifica e complementa o trabalho do capítulo anterior, pois há investigação com 42 professores, de escolas públicas, que trabalham da 1^a. Série do ensino fundamental a ultima do ensino médio, de regiões de São José do Rio Preto, em São Paulo, com a proposta de observar quanto e como estão entendendo a formação moral de seus alunos e os valores morais/sociais na escola.

Para a efetivação das análises, foi aplicado um questionário com questões sobre perfil profissional e pessoal e outras acerca da construção dos referidos valores na escola. Os professores felizmente se mostraram cientes da necessidade de realizar o trabalho com questões morais, reconhecendo a importância de sua participação nesse processo, bem como o papel da escola como

um todo no trato desses aspectos basicamente por meio de projetos e atividades com valores. No entanto, na pesquisa não foi observado domínio das teorias fundamentais para a execução deste trabalho o que mais uma vez abre a ferida encravada no processo educativo que se refere ao pouco e/ou nenhum investimento feito na formação especializada de profissionais que se sintam capacitados para lidar com o dia a dia escolar – além de lidar com suas próprias limitações e problemas pessoais.

A conclusão dos autores foi de que não há uma falência nos valores morais; há uma mudança na forma como estão sendo vivenciados, inclusive como estão se dando as relações interpessoais. Justamente por entender a contemporaneidade deste tema que os interlocutores percebem que os valores devem ser objeto permanente de reflexão e trabalho da escola como um todo, visando uma educação para a autonomia e moral nas escolas, priorizando os aspectos como dignidade, solidariedade, respeito mútuo, justiça, de modo que as aprendizagens sejam vivenciadas, exploradas, discutidas e refletidas.

Sobre a autora:

Ana Paula Chagas Monteiro: Psicóloga clínica especialista em Gestalt-terapia, servidora municipal da Secretaria de Saúde de Ananindeua e Professora da disciplina “Psicologia e Ética Profissional” em cursos técnico-profissionalizantes. E-mail: anapcmonteiro@hotmail.com.